

**RELATÓRIO TÉCNICO SÓCIO-ECONÔMICO AUXILIAR PARA CRIAÇÃO DE UNIDADE DE
CONSERVAÇÃO (UC) NA REGIÃO DE BOM JESUS**

CONSULTOR: JOÃO OTÁVIO BOZZI

ENGENHEIRO FLORESTAL

ESPECIALISTA EM ECOTURISMO

PROJETO: [FAO] GCP/BRA/061/WBK

NÚCLEO DOS BIOMAS MATA ATLÂNTICA E PAMPA (NAPMA)

ABRIL 2009

Sumário

	pg.
1- Apresentação.....	1
2- Metodologia Utilizada.....	2
3- Caracterização dos Municípios.....	4
3.1- Antonina.....	4
3.1.1- Limites:	4
3.1.2- Gentílico:	5
3.1.3- Características geográficas:	5
3.1.4- Indicadores:	5
3.1.5- Histórico:.....	5
3.2- Guaraqueçaba.....	7
3.2.1- Limites:	7
3.2.2- Gentílico:.....	7
3.2.3- Características geográficas:	7
3.2.4- Indicadores:	7
3.2.5- Histórico:.....	7
3.3- Paranaguá	9
3.3.1- Limites:	9
3.3.2- Gentílico:.....	9
3.3.3- Características geográficas:.....	10
3.3.4- Indicadores:	10
3.3.5- Histórico:.....	10
4- Aspectos Sócio-Econômicos	12
4.1- Utilização das Terras.....	12

4.2- Desenvolvimento Humano.....	14
4.3- Renda e sua Distribuição.....	15
4.4- Saneamento Básico.....	15
4.5- Dinâmica Demográfica.....	16
4.6- Educação.....	18
4.7 - Taxa de Natalidade	19
4.8- Finanças Públicas.....	20
4.9- Empresas com CNPJ.....	21
4.10- Atividades Turísticas.....	21
5- Conflitos Sócio-ambientais.....	23
6- Avaliação dos Impactos Sócio-ambientais.....	23
7- Conclusões e Recomendações.....	24
8- Bibliografia.....	25

1- APRESENTAÇÃO

O presente Relatório Técnico de Estudos Sócio-Econômicos contratado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) / Núcleo dos Biomas Mata Atlântica e Pampa (NAPMA) no âmbito da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF) tem por finalidade diagnosticar e descrever os padrões do perfil atual e tendências econômicas dos municípios tocados pela área indicada pelo polígono de interesse para a criação de Unidade de Conservação da Natureza no imóvel denominado por BOM JESUS e entorno, quais sejam: municípios de Antonina Guaraqueçaba, e Paranaguá nas regiões da Serra do Mar e Litoral do Estado do Paraná.

Tal imóvel, anteriormente vinculado ao extinto banco Bamerindus S.A., foi disponibilizado pela União ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para a criação de unidades de conservação, atividade atualmente sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), nova autarquia federal criada a partir do desmembramento do IBAMA.

Propõe-se aqui, descrever e demonstrar estatisticamente os padrões sócio-econômicos das áreas de forma a contemplar: a) abordagens municipais individualizadas; b) comparação entre os dados dos municípios e dados das áreas municipais propostas como Unidade(s) de Conservação; c) abordagens dos prováveis impactos sócio-econômicos para as localidades diretamente afetadas pelos polígonos preliminares propostos para as UCs; levantar, quantificar e apresentar os padrões sócio-econômicos no ano de 2008 (ou mais recente possível), contemplando as seguintes informações:

- ✓ Atual utilização das terras de forma qualitativa de: lavouras permanentes e temporárias, pastagens; florestas naturais e artificiais, tudo em hectares;

- ✓ PIB per capita e sua condição de eficiência (índice de desenvolvimento humano municipal e categorização do nível como: baixo, médio-baixo, médio, médio-alto e alto);

- ✓ Forma de abastecimento de água (rede geral, poço ou nascente na propriedade e outra forma); tipo de esgotamento sanitário (rede geral de esgoto

ou pluvial, fossa séptica, fossa rudimentar, vala, rio - lago ou mar, outro escoadouro e ausência de sanitário);

✓ População residente total e separada por sexo (nos três últimos censos/contagens de população do IBGE);

✓ Número de estabelecimentos e matrículas, separadas por ensino superior, médio e fundamental;

✓ Eleitores na última eleição municipal; taxa de natalidade; número de pessoal empregado;

✓ Número de empresas com CNPJ e respectivos setores atuantes;

✓ Número de agências bancárias; valor do fundo de participação dos municípios e valor do Imposto Territorial Rural - ITR;

✓ Descrever as principais atividades turísticas existentes na região, bem como as potencialidades turísticas futuras, correlacionando-as com as propostas de Unidades de Conservação.

2- METODOLOGIA UTILIZADA

Os estudos foram realizados entre os meses de outubro e dezembro de 2008 com diversas investidas de campo. Foram realizadas reuniões com técnicos do NAPMA e do Departamento de Áreas Protegidas (DAP) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), do IBAMA-PR, do ICMBIO-PR e de Organizações Não Governamentais Ambientalistas que atuam na região. Técnicos destas instituições também participaram dos trabalhos de campo, juntamente com pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A pesquisa de dados secundários foi centrada nos dados disponíveis do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Atlas de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), sendo enriquecida com dissertações e teses acadêmicas desenvolvidas na área e coleta de dados primários.

O trabalho contou ainda com informações e com o apoio logístico de pessoal e de veículos, em especial da Universidade Federal do Paraná (Campus Litoral), MMA, IBAMA/ICMBIO, da Polícia Militar do Paraná (Batalhão de Polícia Ambiental) e de Organizações Não-Governamentais (ONG's), em especial a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem (SPVS), que mantém Reservas particulares do Patrimônio Natural (RPPN's) na região. Tais entidades colaboraram, ainda, na obtenção de informações atualizadas sobre estradas, usos, proprietários e moradores, em especial as informações que indicassem os moradores próximos aos limites da poligonal preliminar, bem como o acesso a estes e às áreas desabitadas.

Os trabalhos de campo foram executados buscando informações de proprietários e moradores do interior e das proximidades dos polígonos, objetivando, como visto, identificar estradas, usos e ocupações do solo das áreas abarcadas pelos estudos. De forma que buscou-se percorrer o maior número possível de estradas e trilhas que davam acesso ao interior do polígono, de forma a constatar a presença de atividades humanas e áreas degradadas. Ênfase foi dada à informação dos últimos moradores, visando readequar o desenho do polígono de forma a excluir estas áreas da proposta, diminuindo, assim, o impacto sócio-econômico negativo da futura unidade de conservação, caso venha a ser efetivada.

Ainda foi disponibilizado pelo MMA, IBAMA/ICMBIO acompanhar sobrevôo de helicóptero sobre a região de forma que aferiu-se a observação de campo e ainda observou-se as condições da área por completo como se vê da foto a seguir.



Vista parcial do imóvel Bom Jesus

Para uma melhor apresentação dos dados levantados o presente relatório foi dividido em partes (tópicos). No tópico “Caracterização dos Municípios” são apresentados os dados agregados da região no nível municipal, sendo ressaltadas, quando relevantes, características específicas de cada município, bem como o histórico de sua formação e demais informações pertinentes

Na segunda parte são apresentados e descritos os aspectos sócio-econômicos por município envolvido, onde os dados compreendem as informações referentes à dinâmica demográfica, índice de desenvolvimento humano (IDH), a renda e sua distribuição, educação, saúde, saneamento básico, atividades agropecuárias, finanças públicas, empresas com CNPJ e atividades turísticas desenvolvidas nos limites abrangidos pela área de interesse. As informações são apresentadas em forma gráfica e textual e se norteiam principalmente nos dados municipais disponibilizadas pelo IBGE, PNUD e IPARDES.

Na terceira parte, e a partir das descrições dos trechos, é feita uma síntese das características socioambientais de maior relevância encontradas nos trechos descritos, bem como dos aspectos considerados mais conflitivos. A quarta parte é dedicada à discussão e análise dos possíveis impactos socioambientais e econômicos decorrentes da criação de uma nova unidade de conservação na região. Na quinta e última parte é elencada a bibliografia utilizada.

3- CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Neste tópico são apresentados os dados referentes ao histórico da colonização da região e dos municípios estudados e outras informações relevantes.

3.1- Antonina

3.1.1- Limites:

Norte: Campina Grande do Sul; Sul: Morretes; Leste: Guaraqueçaba, Paranaguá e Oceano Atlântico; Oeste: Campina Grande do Sul e Morretes.

3.1.2- Gentílico:

Antoninense ou capelista; Prefeito Carlos Augusto Machado; Mesorregião Metropolitana de Curitiba; Microrregião Paranaguá; Distância até a capital 84 km (quilômetros) via BR 277 ou 79 km via Estrada da Graciosa PR 410 e BR 116.

3.1.3- Características geográficas:

Área 882,316 km²; População 17.891 hab.; Densidade 23,5 hab./km²; Altitude da sede 5 metros ; Clima Subtropical; Fuso horário UTC-3. (IBGE 2008)

3.1.4- Indicadores:

IDH 0,77 médio (PNUD/2000); PIB R\$ 173.676 mil; PIB per capita R\$ 8.475,00. (IBGE 2005)

3.1.5- Histórico:

Cidade histórica cujos primeiros vestígios da ocupação foram encontrados nos sambaquis. Posteriormente índios carijós habitaram o local, Antonina tem suas origens nas catas e faisqueiras de ouro que nos meados do século XVII existiam nos estuários da região. O Capitão povoador sesmeiro de Nova Vila (Paranaguá), Gabriel de Lara, concedeu as primeiras sesmarias ao litoral paranaense aos senhores Antonio Leão, Pedro Uzeda e Manuel Duarte, considerados fundadores de Antonina. A esta época remonta as primeiras ocupações que, no entanto, começam a adquirir contornos mais definidos quando, em 1712, o Sargento Mor Manoel do Valle Porto recebe carta de sesmaria e instala-se no sítio denominado Graciosa, iniciando trabalho de mineração, que aos poucos atrai outros colonos, formando-se assim um pequeno povoado.

Posteriormente, na esteira de uma tradição de culto que historiadores locais remetem aos anos 1600, os moradores solicitam e obtêm licença de Frei Francisco de São Jerônimo, Bispo do Rio de Janeiro, para nesse pequeno povoado construir uma capela em louvor a Nossa Senhora do Pilar. Por iniciativa de Manoel do Valle Porto a capela é erigida em 12 de setembro de 1714, data em que ficou considerada como a fundação de Antonina. Em torno da igreja forma-se aos poucos uma povoação, ficando o lugarejo conhecido por Capela, por isso até hoje os moradores de Antonina ainda são chamados de capelistas e a cidade recebesse inúmeros fiéis

que lotam a imponente Igreja Matriz construída em 1715. Em 1797 passa a categoria de vila, com a designação de Antonina, em homenagem ao príncipe da Beira, Dom Antônio, filho de Dom João VI e Dona Carlota Joaquina.



Cidade de Antonina

As principais características de sua urbanização atual tem origem na consolidação de sua função como porto, o que está vinculado a conclusão da Estrada da Graciosa em 1873 e à ligação ferroviária com Curitiba que data de 1891. O porto Barão de Tefé, um dos mais importantes portos do início do século passado, está situado na cidade, junto com o terminal da Ponta do Félix.

Atualmente encontra-se num processo de retomada do desenvolvimento econômico com a reativação de seu sistema portuário e da atividade turística. É uma cidade festiva, realizando o carnaval de rua mais animado do Paraná e o Festival de Inverno da Universidade Federal do Paraná. Cidade histórica e turística que preserva significativos manguezais e mata atlântica de planície e encostas, preservados em parte pelas APAs de Guaraqueçaba e da Serra do Mar e pelos Parques Estaduais do Pico do Paraná e Roberto Ribas Lange.

Além da extraordinária beleza natural paisagística, Antonina possui no seu calçamento de pedras e nas suas ruínas, na Estrada da Graciosa, na ferrovia (Curitiba – Paranguá, atualmente administrada pela América Latina Logística), e ainda no porto (administrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da APPA - Associação dos Portos de Paranaguá e Antonina), Histórias que enriquecem o seu Patrimônio.

3.2- Guaraqueçaba

3.2.1- Limites:

Norte: Estado de São Paulo; Sul: Paranaguá; Leste: Campina Grande do Sul e Antonina; Oeste: Oceano Atlântico; Fundação 11 de março de 1545.

3.2.2- Gentílico:

Guaraqueçabano; Prefeito Riad Said Zahoui; Mesorregião Metropolitana de Curitiba : Microrregião Paranaguá ; Distância até a capital 145 Km via BR 116 / PR 405.

3.2.3- Características geográficas:

Área 2.018,906 km²; População 7.890 hab. est. ; Densidade 4,3 hab./km²; Altitude (da sede) 10 metros; Clima Subtropical; Fuso horário UTC-3. (IBGE 2008)

3.2.4- Indicadores:

IDH 0,659 médio (PNUD/2000); PIB R\$ 37.127 mil; PIB per capita R\$ 4.308,00. (IBGE 2005)

3.2.5- Histórico:

O município de Guaraqueçaba foi criado em 10 de outubro de 1947 e instalado em 31 de outubro do mesmo ano, quando foi desmembrado de Paranaguá. Seus habitantes primitivos são os índios Tupiniquins e Carijós. Guaraqueçaba é um vocábulo indígena que, significa ninho das garças. Do tupi *guará*: ave, garça; e *qüessaba* ou *quiçaba*: lugar de dormir, ninho.

Guaraqueçaba é também um marco histórico, pois está entre as primeiras ocupações existentes no Estado do Paraná por colonizadores portugueses, a região foi ponto de entrada de Portugueses no Paraná, logo após o descobrimento do Brasil. Em 1545 ocorreu a expedição do navegador Hans Staden, juntamente com a expedição de Diogo Senabria, que naufragou no litoral norte do Paraná. Salvando-se do desastre, Hans publicou um livro sobre as terras do Paraná quando retornou à Europa. Em 1585 chega a primeira Bandeira predadora dos índios Carijós. A colonização suíça iniciada em 1852 destacou-se na região, sendo que o apogeu da

ocupação da região data do final das décadas de 1960 e 1970, quando houve grande alteração no perfil de ocupação e produção do local. Atualmente os habitantes da região são os caboclos (caiçaras), descendentes da mistura de índios, mulatos, pretos e imigrantes que colonizaram o local. Muito da cultura original dos índios da região se mantém nos hábitos dos caiçaras, nas suas lendas, na linguagem, no artesanato e na medicina caseira. O testemunho mais marcante de existência de muitas populações indígenas na região está na presença dos sambaquis (há mais de cem catalogados) encontrados ao longo de toda a Baía.

A Cidade de Guaraqueçaba está situada numa região de rara beleza do litoral paranaense, sendo ladeada pelas baías de Paranaguá e Laranjeiras e pela elevação da Serra do Mar. A preservação de seu meio-ambiente e as características físicas da região a tornou como privilegiada na manutenção de suas reservas florestais e de seus ecossistemas, quase intactos, criando atrativos turísticos apreciados pelos adeptos do turismo ecológico. A região de Guaraqueçaba representa hoje um dos últimos e mais significativos remanescentes da Floresta Atlântica e dos ecossistemas associados.



Cidade de Guaraqueçaba



Cidade de Guaraqueçaba

A partir do ancoradouro ou da Praça de Guaraqueçaba pode-se avistar o belíssimo conjunto de montanhas costeiras da Serra do Mar e na baía é possível observar o movimento dos botos e biguás ao entardecer, com o sol se pondo atrás das ilhas. O local possui algumas trilhas primitivas e a Reserva Particular do Patrimônio Natural de Salto Morato (a 18 Km da cidade de Guaraqueçaba), onde é possível acampar e desfrutar da cachoeira do rio Morato. Pode-se também visitar ruínas da colonização suíça, sambaquis e manguezais.

Esta situada no município a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, criada para proteger áreas representativas de Floresta Atlântica, o complexo estuarino da Baía de Paranaguá, os sítios arqueológicos (sambaquis) e as comunidades caiçaras integradas no ecossistema regional. Ainda integram o município de Guaraqueçaba o Parque Nacional de Superagüi, parque marinho que faz parte do Complexo Estuarino Lagunar, integrado por Cananéia, Iguape e abrange quase a totalidade das Ilhas do Superagüi, Peças, Pinheiro e Pinheirinho.

A região de Guaraqueçaba ainda abriga uma infinidade de endemismos em vários grupos sendo também um dos últimos redutos para várias espécies raras e ameaçadas como a jacutinga, o macuco e o papagaio-da-cara-roxa, que são encontrados na unidade e estão entre as principais espécies de aves ameaçadas.

O extrativismo vegetal, principalmente o palmito, culturas de banana e gengibre com a utilização de agrotóxicos, comércio de fauna e flora, exploração inadequada de areia e seixos ao longo dos rios são as principais ameaças manutenção da qualidade de vida na região.

3.3- Paranaguá

3.3.1- Limites:

Antonina, Guaraqueçaba, Morretes, Guaratuba, Pontal do Paraná, Matinhos.

3.3.2- Gentílico:

Parnanguara; Prefeito José Baka Filho; Microrregião Paranaguá. Distância até a capital 91 Km.

3.3.3- Características geográficas:

Área 826,652 km²; População 138.748 hab.: Densidade 161,6 hab./km² ; Altitude 5 metros; Clima Subtropical; Fuso horário UTC-3.I.(BGE/2008)

3.3.4- Indicadores:

IDH médio 0,782 médio (PNUD/2000) PIB R\$ 3.970.088 mil; PIB per capita R\$ 27.418,00. (IBGE/2005).

3.3.5- Histórico:

Paranaguá é um município brasileiro localizado no litoral do estado do Paraná. É a cidade mais antiga do estado, tendo em seu porto a principal atividade econômica.

Grande Mar redondo na língua tupi-guarani. Era assim que os índios denominavam a famosa baía (Pernaguá, Parnaguá, Paranaguá). O toponimo Paranaguá deriva dos vocábulos indígenas Paraná: grande rio e Goá: redondo, evidente alusão à baía que embeleza e enriquece o Município. As terras em que ele se localiza, por ocasião da primeira divisão administrativa do Brasil, pertenciam a Pero Lopes de Souza, Donatário da Capitania de Santo Amaro.

A colonização originou-se da imigração de habitantes de São Vicente e de Cananéia que, entre 1550 e 1560, se estabeleceram na ilha da Cotinga, receosos de ataques por parte dos carijós, que dominavam o continente. Formou-se um arraial, progressivamente desmembrado no período 1575-80, pelo estabelecimento da população em terra firme, às margens do então rio Tagaré ou Taquaré, atual Itiberê. Em 1578, construiu-se a primeira igreja, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário (há quem afirme datar de 1560-65 essa construção).

A primeira leva de colonizadores sucederam-se outras, que se estenderam por todo o recôncavo, após terem entrado em contato pacífico com os silvícolas. A descoberta de minas de ouro na Serra Negra contribuiu para o aumento da população, admitindo-se mesmo que dessas minas tenham saído, em 1580, as primeiras amostras de ouro brasileiro para a Corte Portuguesa.

Quando da concessão de sesmarias, uma delas coube a Diogo Unhate, que a requereu em 1614, como recompensa por sua atuação no combate aos carijós 29 anos antes. Essa sesmaria ficava no Superagui.

O afluxo de habitantes das vilas do Norte, atraídos pela mineração, atingiu seu máximo em 1640, quando chegou o bandeirante Gabriel de Lara, investido do governo militar do povoado. Tinha ele a atribuição de defender o território que, para a Metrópole, constituía posição de suma importância política e estratégica, pois se tratava de firmar o domínio português, contestado pela Espanha. Em 1646, antecipando-se as ordens da Metrópole, erigiu o pelourinho símbolo da autoridade e da justiça do Rei. Dois anos depois, a povoação tornava-se vila. As eleições que então se verificaram foram as primeiras em todo o território, que atualmente compreende o Estado do Paraná. A vila recém-instalada tornou-se, no período colonial, ponto de irradiação de povoamento e de organização de bandeiras.

Segundo outros historiadores, desde 1640, o Governador Duarte Correia Vasqueanes havia ordenado, do Rio de Janeiro, a ereção do pelourinho em Paranaguá, o que fora feito em 6 de janeiro, e assim reconhecida a necessidade de organização da justiça e da administração pública no arraial, até então sob a chefia discricionária dos prepostos reais junto ao serviço das minas auríferas.

Uma Ata de vereança de 1654, em que figuram as assinaturas de Domingos Peneda e de João Gonçalves Peneda, e a existência de uma propriedade no Imbocuí, conhecida como Sítio dos Peneda, confirma a tradição de estar Domingos Peneda vinculado à fundação de Paranaguá. Sobre o fato, há referência no códice n.º 13.981, documento inglês do século XVII, atualmente integrando o acervo do Museu Britânico.

Em 1711, a Coroa Portuguesa comprou dos herdeiros do donatário Pero Lopes de Souza as terras que lhe pertenciam, criando a Capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, que teve período de grande evidência na época.

O progresso de Paranaguá deve-se, em parte, ao elemento estrangeiro. Da corrente imigratória alemã vinda em 1829 para o Rio Negro, alguns colonizadores estabeleceram-se no litoral entre os anos de 1871 e 1872, uma grande leva de italianos localizou-se nas terras junto à serra da Prata, dando origem a várias

colônias, entre as quais estava o atual distrito de Alexandra e em 1896 várias famílias polonesas foram localizadas na colônia Santa Cruz.

Já no período republicano (1902) inaugurou-se a iluminação elétrica pública, em 1908 instalou-se o serviço de telefones e, seis anos depois, o de abastecimento de água e a rede de esgoto.

Em 1935, construíram-se as docas do porto de D. Pedro II, com 450 metros de cais acostável, passando Paranaguá a figurar entre os principais portos brasileiros.



Cidade de Paranaguá



Porto de Paranaguá

4- ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

4.1- Utilização das Terras

Com relação à utilização das terras, optou-se por trabalhar os dados do Levantamento Agropecuário Paranaense (IBGE, 2006), por serem mais recentes,

sendo apresentados conforme os Estabelecimentos Agropecuários expressos na tabela 4.1.

Tabela 4 1- Área Total dos Estabelecimentos Agropecuários segundo a utilização das terras

LOCALIDADE	Total de estabelecimentos	Área total (ha)	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS					
			Lavouras (1)		Pastagens (2)		Matas e florestas (3)	
			Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
ANTONINA	339	20.649	413	1.473	125	2.691	268	15.736
GUARAQUEÇABA	552	13.728	534	3.865	97	1.159	233	15.153
PARANAGUÁ	296	4.195	244	1.958	99	350	155	1.530

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

(1) Lavouras permanentes, temporárias e cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação e forrageiras para corte. (2) Pastagens naturais, plantadas (degradadas e em boas condições). (3) matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, matas e/ou florestas naturais, florestas com essências florestais e áreas florestais também usadas para lavouras e pastoreio de animais.

Cabe comentar a larga vantagem das áreas de matas e florestas como forma de utilização da terra nos municípios de Antonina e Guaraqueçaba, a exceção se dá no município de Paranaguá que tem nas áreas de lavoura valor equivalente a soma das áreas de pastagem e matas e florestas.

Tabela 4.2- Produção agrícola das terras

LOCALIDADE	CULTURA	AREA COLHIDA	PRODUÇÃO	RENDIMENTO MÉDIO	VALOR
ANTONINA	ARROZ	85	351	4129	204
	BANANA	900	28800	32000	11520
	CANA-DE-AÇÚCAR	100	3800	38000	304
	FEIJÃO	57	20	351	16
	MANDIOCA	260	3640	14000	291
	MARACUJÁ	9	108	12000	43
	MILHO	40	80	2000	31
	TANGERINA	20	200	10000	40
	TOMATE	12	450	37500	259
	ARROZ	560	3490	6232	2024
GUARAQUEÇABA	BANANA	2850	90850	31877	36340
	CANA-DE-AÇÚCAR	40	1200	30000	96
	FEIJÃO	50	26	520	30
	MANDIOCA	100	1500	15000	120
	MILHO	65	124	1908	48
	TANGERINA	10	90	9000	18
	ARROZ	172	972	5651	573
	BANANA	260	8320	32000	3328
	CANA-DE-AÇÚCAR	80	3600	45000	288
	FEIJÃO	48	20	417	23
PARANAGUÁ	MANDIOCA	300	4800	16000	384
	MARACUJÁ	3	27	9000	11
	MILHO	75	158	2107	61
	TANGERINA	16	160	10000	32
	TOMATE	9	337	37444	194

Fonte: IBGE Produção Agrícola Municipal

Nota: dados estimados

Pode se observar da tabela 4.2 que a banana ocupa lugar de destaque em todos os municípios estudados sendo superada em área de plantio somente pela mandioca em Paranaguá.

4.2- Desenvolvimento Humano

O IDH propõe como objetivo oferecer um índice de análise que extrapole as considerações dos usuais índices de desenvolvimento demasiadamente assentados em parâmetros de renda per capita e Produto Interno Bruto (PIB).

“Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.” (PNUD, 2003)

É uma medida comparativa que engloba 3 dimensões: riqueza (renda calculada com base no PIB), educação (taxa de alfabetização) e expectativa média de vida. O índice IDHM entre 0 a 0,49 é considerado baixo, de 0,5 a 0,79 médio e de 0,8 a-1 é alto.

Em relação aos dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os municípios estudados apresentam índices parecidos e considerados médios se aproximando em muito da média Brasileira que é de 0,8.

Tabela 4.3- Índice de Desenvolvimento e sub-índices

INFORMAÇÃO	ANTONINA	GUARAQUEÇABA	PARANAGUÁ	UNIDADE
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH-M*	0,770	0,659	0,782	-
PIB PER CAPITA	8.475,00	4.308,00	27.890,00	R\$ 1,00'
ÍNDICE DE GINI	0,59	0,56	0,56	-
GRAU DE URBANIZAÇÃO	82,60	31,15	96,08	%
TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO	1,31	0,74	2,51	%
TAXA DE POBREZA (2)	11,40	19,80	5,90	%

FONTES: IBGE/IPARDES/PNUD

*Baixo de 0 a 0,40; médio de 0,5 a 0,79; alto de 0,8 a 1.

Na tabela 4.3 pode se observar a gigantesca diferença entre o PIB per capita de Paranaguá e os demais municípios o que se reflete na taxa de pobreza. Há

ainda alguma relevância no IDH-M dos municípios vez que todos considerados médios e principalmente em relação ao alto grau de urbanização de Paranaguá.

4.3- Renda e sua Distribuição

Em relação à distribuição de riqueza entre os habitantes, a que se observar os dados referentes ao Índice de Gini (tabela 4.3): índice que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, seu valor varia de 0 (zero), quando não há desigualdade, a 1 (um), quando a desigualdade é máxima. (PNUD, 2003)

Tabela 4.4- Índice de Desenvolvimento Humano por componente

MUNICÍPIO	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM Renda 1991	IDHM Renda 2000	IDHM Longevidade 1991	IDHM Longevidade 2000	IDHM Educação 1991	IDHM Educação 2000
ANTONINA	0,687	0,770	0,600	0,655	0,702	0,811	0,759	0,844
GUARAQUEÇABA	0,584	0,659	0,513	0,553	0,611	0,663	0,627	0,760
PARANAGUÁ	0,718	0,782	0,679	0,728	0,648	0,720	0,826	0,897

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Como pode se observar pelos índices apresentados de IDHM em 1991 e 2000, todos os municípios estudados tiveram um aumento nos valores apresentados. Observa-se ainda pela análise da tabela 4.4, que esta melhoria decorreu de variação positiva em quase a totalidade dos componentes formadores do IDHM ou IDH médio e não pela variação maior em um ou outro índice.

4.4- Saneamento Básico

Em relação aos indicadores de abastecimento de água a maioria dos Municípios é atendida pela rede geral. Destaca-se um grande crescimento no abastecimento de água pela rede geral em Guaraqueçaba que passou de 19,2 % em 1991 para 67% em 2000. (tabela 4.5)

Tabela 4.5- Abastecimento de água

ABASTECIMENTO ÁGUA	PROPORÇÃO DE MORADORES POR TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA					
	ANTONINA		GUARAQUEÇABA		PARANAGUÁ	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
REDE GERAL	82,5	89,2	19,2	67,0	88,7	87,5
POÇO OU NASCENTE (NA PROPRIEDADE)	15,8	9,5	76,8	26,4	9,1	10,6
OUTRA FORMA	1,7	1,4	4,0	6,7	2,1	1,8

Fonte: IBGE/censos demográficos

Já no que diz respeito ao saneamento básico, o Município que apresentou o maior atendimento pela rede geral foi Paranaguá com 69,1% sendo que em 1991 apresentava somente 1% de ligações dessa forma. Guaraqueçaba apesar de possuir a maior parte de escoamento por fossa, seja séptica ou rudimentar, se destaca por ter a maior porcentagem de domicílios sem instalação sanitária (16,2%), número este que foi reduzido em 50% entre 1991 a 2000.(tabela 4.6).

Tabela 4.6- Instalação sanitária

PROPORÇÃO DE MORADORES POR TIPO DE INSTALAÇÃO SANITÁRIA						
INSTALAÇÃO SANITÁRIA	ANTONINA		GUARAQUEÇABA		PARANAGUÁ	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL	0,3	30,9	0,0	5,7	1,0	69,1
FOSSA SÉPTICA	60,9	40,5	15,0	26,5	64,9	14,1
FOSSA RUDIMENTAR	23,0	8,3	35,0	37,6	15,3	6,1
VALA	6,9	9,3	17,1	3,8	4,1	1,5
RIO, LAGO OU MAR	0,0	6,6	0,0	9,7	0,0	7,1
OUTRO ESCOADOURO	0,4	0,5	0,2	0,5	7,3	0,3
NÃO SABE O TIPO DE ESCOADOURO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0
NÃO TEM INSTALAÇÃO SANITÁRIA	8,5	3,9	32,7	16,2	7,3	1,8

Fonte: IBGE/censos demográficos

Na tabela 4.7 pode se observar dados quanto à destinação de lixo, e perceber que houve um grande crescimento da sua coleta. Os domicílios atendidos pela coleta aumentaram, principalmente em Guaraqueçaba, que passou de 9,5% em 1991 para 54,9% em 2000. Há ainda que se ressaltar que Antonina tem cerca de 84% do seu lixo coletado e Paranaguá com 95,7 %.

Tabela 4.7- Destino do lixo

PROPORÇÃO DE MORADORES POR TIPO DE DESTINO DE LIXO						
COLETA DE LIXO	ANTONINA		GUARAQUEÇABA		PARANAGUÁ	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
COLETADO	60,5	84,2	9,5	54,9	73,4	95,7
QUEIMADO (NA PROPRIEDADE)	19,5	12,4	31,9	33,9	12,4	2,5
ENTERRADO (NA PROPRIEDADE)	6,6	1,6	9,2	3,4	5,3	0,4
JOGADO	12,8	1,0	48,3	4,4	8,8	0,8
OUTRO DESTINO	0,5	0,7	1,1	3,3	0,1	0,5

Fonte: IBGE/censos demográficos

4.5- Dinâmica Demográfica

A dinâmica demográfica apresentada busca oferecer uma visão geral nos aspectos considerados mais relevantes para a caracterização dos municípios que englobam a área de estudo, em especial os dados de área (km²), população

residente e densidade demográfica. Todos os dados são apresentados por município e por média dos municípios estudados.

Como pode ser visualizado na tabela 4.8 os municípios da região estudada possuem juntos, uma população total de 158.872 (contagem 2007), Com área total estimada de 3.998.509 km² a densidade demográfica média para Antonina é de cerca de 20 hab/km² e apenas 3,34 hab/km² para Guaraqueçaba. Destaque para Paranaguá com cerca de 165,66 hab/km², índice de ocupação superior à média da ocupação do Estado do Paraná (densidade do Estado é de 51,97 hab/km²).

Tabela 4.8- Área, Densidade População e Densidade Demográfica

LOCALIDADE	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO			DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/km ²)*
		Censitária 2000	Contagem 2007	Estimada 2008	
ESTADO DO PARANÁ	199.314.850	-	10.284.503	-	51,97
ANTONINA	876.551	19.174	17.581	17.891	20,06
GUARAQUEÇABA	2.315.733	8.288	7.732	7.890	3,34
PARANAGUÁ	806.225	127.339	133.559	138.748	165,66
TOTAL PARA MUNICÍPIOS	3.998.509	154.801	158.872	164.529	-

FONTES: IBGE/IPARDES

* Contagem 2007

Cabe destacar que a população de Antonina e Guaraqueçaba decresceu entre o censo de 2000 e a contagem de 2007.

Em relação à tabela 4.9 há que se espreitar a relação entre homens e mulheres que se aproximam com ligeiras vantagens para um ou outro sexo.

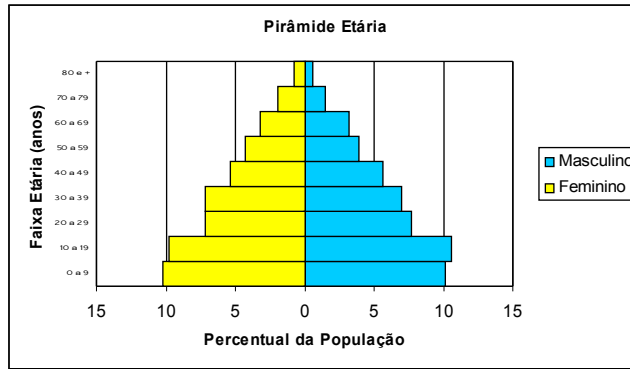
Tabela 4.9- População Rural, Urbana e Total 200

LOCALIDADE	POPULAÇÃO RESIDENTE, SEXO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO				
	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
ESTADO DO PARANÁ	9.563.458	4.737.420	4.826.038	7.786.084	1.777.374
ANTONINA	19.174	9.629	9.545	15.837	3.337
GUARAQUEÇABA	8.288	4.415	3.873	2.582	5.706
PARANAGUÁ	127.339	63.439	63.900	122.347	4.992
TOTAL PARA MUNICÍPIOS*	154.801	77.483	77.318	140.766	14.035

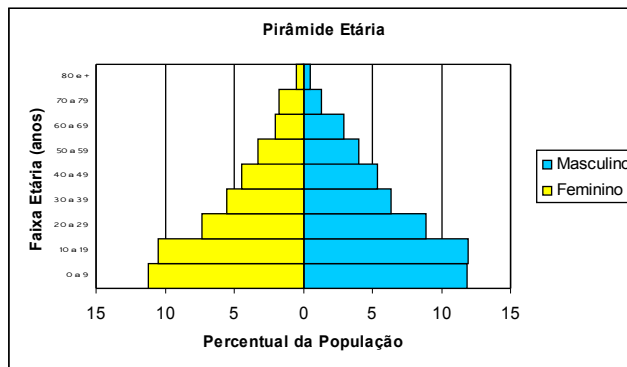
FONTES: IBGE/IPARDES

* Antonina, Guaraqueçaba, Morrestes

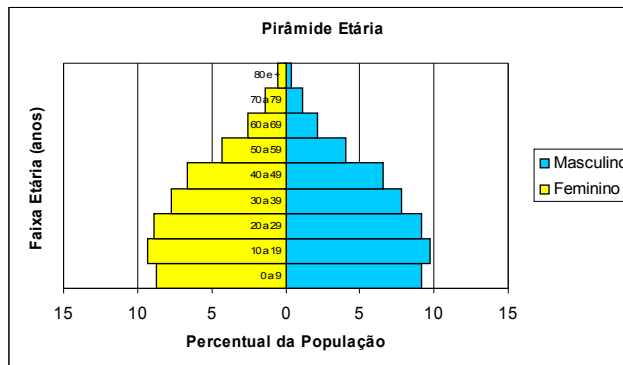
Ainda quanto à tabela 4.9, nota-se que Guaraqueçaba apresenta a maior parte de sua população em área rural, bem diferente das demais localidades e da média estadual sendo Paranaguá o município com maior população urbana.



Antonina. Fonte: IBGE, Censos e Estimativas



Guaraqueçaba. Fonte: IBGE, Censos e Estimativas



Paranaguá. Fonte: IBGE, Censos e Estimativas

4.6- Educação

Em relação à média dos dados educacionais dos municípios estudados (tabela 4.10), tem-se por destaque positivo Antonina onde 88,56% da população de adultos é alfabetizada (ano de 2000), e como destaque negativo Guaraqueçaba onde 19,8 dos menores de 15 anos são analfabetos e 43% dos maiores de 50 anos.

Tabela 4.10- Ensino: Taxas de Frequência Bruta à Escola, Alfabetização e Analfabetismo

INFORMAÇÃO	ANTONINA (%)	GUARAQUEÇABA (%)	PARANAGUÁ (%)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS	88,56	64,77	68,2
TAXA BRUTA DE FREQUENCIA ESCOLAR	76,14	80,16	94,06
TAXA DE ANALFABETISMO SEGUNDO FAIXA ETARIA			
De 15 anos abaixo	11,4	19,8	5,9
De 15 a 19 anos	2,9	7,7	1,5
De 20 a 24 anos	3,9	8,7	1,7
De 25 a 29 anos	4,6	7,8	2,2
De 30 a 39 anos	6,8	12,4	3,4
De 40 a 49 anos	12	22	5
De 50 anos acima	24	43	17

FONTE: IBGE-2000 / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD, IPEA, FJP 2000

Com relação ao número de matrículas, conforme a tabela 4.11 (abaixo), pode se observar que Paranaguá detém o maior número de matrículas em todos os níveis/séries de ensino e ainda que no município de Guaraqueçaba não estão presentes escolas de educação especial de jovens e adultos, o que explica o elevado número de analfabetos nessas categorias como indicado na tabela 4.10 (acima). Ainda há que se observar o baixo número de matrículas no ensino médio.

A região matriculou 2.401 alunos no ensino pré-escolar, 31.089 em escolas de ensino fundamental e 8.051 em escolas de ensino médio e 3.202 no ensino superior, sendo que estas últimas ocorreram apenas em Paranaguá, como se observa da tabela 4.11.

Tabela 4.11- : Matrículas e rede escolar

INFORMAÇÃO	ANTONINA	GUARAQUEÇABA	PARANAGUÁ	TOTAL
MATRÍCULAS NA PRÉ-ESCOLA	141	70	2.190	2.401
MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL	3.633	1.725	25.731	31.089
MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO	752	226	7.073	8.051
MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR	-	-	3.202	3.202
NÚMERO DE UNIDADES LOCAIS	3	2	2	7

FONTE: IBGE/IPARDES/PNUD

4.7 - Taxa de Natalidade

Tem-se por definição que o quociente entre os nascidos vivos ocorridos em uma determinada unidade geográfica e período de tempo, e a população estimada na metade do período, segundo a fórmula:

Taxa de Natalidade = (Nascidos Vivos / População média do período) x 1.000

Obs.: Esta taxa é, em geral, multiplicada por 1.000 para facilitar a leitura e permitir comparação internacional.

Tabela 4.12- Taxa de natalidade histórico

LOCALIDADE	INFORMAÇÕES SOBRE NASCIMENTOS	ANO DA VERIFICAÇÃO									
		1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
ANTONINA	Número de nascidos vivos	403	398	345	377	317	340	352	329	308	338
	Taxa bruta de natalidade	21,9	20,9	17,6	18,6	16,5	17,5	17,9	16,6	15,4	16,5
GUARAQUEÇABA	Número de nascidos vivos	225	211	176	157	156	150	147	147	157	120
	Taxa bruta de natalidade	28,0	26,1	21,7	19,3	18,8	18,0	17,5	17,4	18,5	13,9
PARANAGUÁ	Número de nascidos vivos	3036	2912	2928	2860	2578	2768	2700	2785	2810	2586
	Taxa bruta de natalidade	25,4	23,7	23,2	22,5	19,7	20,8	19,9	20,1	19,4	17,5

Fonte: IBGE/censos demográficos

Neste aspecto os municípios possuem um percentual de taxa de natalidade semelhante e pode-se observar que em todos os municípios ocorreu uma queda da taxa de natalidade bruta, cuja média de 20 em 1996 passou a 15 em a 2005. Guaraqueçaba, que apresentava em 1996 taxa de 28 passou a apresentar em 2005 taxa de apenas 13,9 nesta aferição pelo IBGE. (tabela 4.12)

4.8- Finanças Públicas

Com relação aos indicadores de finanças públicas municipais, os dados do IBGE para o ano de 2006 estão expressos na tabela abaixo.

Cabe aqui ressaltar que Guaraqueçaba aparece novamente como destaque negativo e que as diferenças são sentidas em todos os dados levantados: número de agências bancárias; valor do fundo de participação dos municípios - FPM.

Tabela 4.13- Número de agências bancárias, valor do FPM e valor do ITR

FINANÇAS PÚBLICAS	ANTONINA	GUARAQUEÇABA	PARANAGUÁ
NÚMERO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS	3	1	10
VALOR DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – FPM (REAIS)	6.825.663,02	2.867.512,59	27.390.968,44
VALOR DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL - ITR (REAIS)	14.055,86	*	22.144,70

Fonte: IBGE -2006. * não informado

Na tabela 4.14 podemos observar que Paranaguá assume lugar de destaque só sendo superada por Antonina na oferta de número de empregos.

Tabela 4.14- Eleitores na última eleição municipal; taxa de natalidade; número de pessoal empregado

INFORMAÇÃO	ANTONINA	GUARAQUEÇABA	PARANAGUÁ
NÚMERO DE ELEITORES IBGE 2004	14.684	6.218	86.670
NÚMERO DE ELEITORES IPARDES 2007	15.154	6.155	94.234
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA IBGE 2000	7.356	3.068	27.696
POPULAÇÃO OCUPADA IBGE 2000	5.959	2.831	7.094
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS - RAIS MTE 2006	250	44	40.823
NÚMERO DE EMPREGOS - RAIS MTE 2006	2.695	140	2.190

4.9- Empresas com CNPJ

Com relação às demais atividades empresariais, os dados do Cadastro Central de Empresas (IBGE) para o ano de 2006, podem ser conferidos na tabela abaixo (tabela 4.15).

As atividades de comércio, alojamento e alimentação somadas as empresas que prestam outros serviços coletivos formam a maioria das empresas regularmente constituídas nos municípios estudados, sendo que indústrias de transformação, transporte e atividades imobiliárias ocupam lugar de destaque.

Tabela 4.15- Cadastro de Empresas: número de unidades local

RAMO DE ATIVIDADE	NÚMERO DE UNIDADES		
	ANTONINA	GUARAQUEÇABA	PARANAGUÁ
AGRICULTURA	0	8	19
PESCA	3	1	8
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	-	-	16
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	53	11	296
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE	1	-	3
CONSTRUÇÃO	13	4	160
COMÉRCIO	350	60	2.603
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	146	29	676
TRANSPORTE	28	7	655
INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22	2	34
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	153	5	570
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3	2	9
EDUCAÇÃO	17	2	81
SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	8	2	73
OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS	104	21	398
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-
TOTAL	901	154	5.601

FONTE: IBGE

4.10- Atividades Turísticas

Com relação às atividades de turismo, apesar de estas estarem em franco desenvolvimento, não foram encontrados dados sistematizados e estatísticos. Optou-se por trabalhar as características e projetos turísticos enfatizados pelo próprio Governo do Estado do Paraná.

Em todos os municípios estudados os atrativos turísticos são vastos e abarcam uma série de atividades possíveis, desde o turismo ecológico ou ecoturismo que compreende atividades relacionadas ao meio ambiente natural seja pela simples observação, seja pela interação máxima, com atividades como rapel e canoagem, montanhismo entre outras.

Um bom exemplo disto está no passado histórico que se faz presente na maioria dos municípios tanto pela presença de prédios históricos quanto de caminhos que, transpondo a Serra do Mar paranaense, contam a história da colonização do Estado e as origens de seu povo e território.

Frente a todos esses atrativos não é difícil de se concluir que as cidades contam com aparato receptivo para o turista adequado e que não é difícil em qualquer dos municípios obter ajuda profissional de operadoras de turismo e guias para incursos locais. Tem que se ressaltar a participação do governo estadual pelo sistema SESC/SENAI e outros na preparação e formação de profissionais técnicos para atuação no turismo local e ainda operações de verão que visam munir de estrutura adequada de policiamento coleta de lixo e demais atividades, os municípios litorâneos durante a estação.

Cabe ainda ressaltar que Paranaguá e Antonina são cidades históricas e turísticas com festivais gastronômicos típicos da região que preserva um ambiente de manguezais da mata atlântica. A Cidade de Guaraqueçaba está situada numa região de rara beleza do litoral paranaense, sendo ladeada pelas baías de Paranaguá e Laranjeiras e pela elevação da Serra do Mar. A preservação de seu meio-ambiente e as características físicas da região a tornou como privilegiada na manutenção de suas reservas florestais e de seus ecossistemas, quase intactos, criando atrativos turísticos apreciados pelos adeptos do turismo ecológico.

Guaraqueçaba abriga muitas atrações turísticas e tem em suas terras RPPNs (Reservas Particulares de Proteção a Natureza) de grandes instituições como o Boticário, e a SPVS que são detentores de vastas áreas de terra destinadas a preservação ambiental, algumas abertas a visitação e outras somente a pesquisa, a provavelmente a mais famosa é a do Salto Morato pertencente ao Boticário que abriga uma das mais belas cachoeiras do estado.

5- CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS

Durante as pesquisas de campo, os principais conflitos encontrados, não estão relacionados à criação de uma nova UC, mas sim se referem às deficiências da fiscalização no combate de infrações previstas pela legislação ambiental, ou seja, a prática de atividades nocivas ao meio ambiente como o corte ilegal de árvores, o impedimento da regeneração natural, a caça, a pesca em épocas de defeso ou usando petrechos ilegais e, ainda, a abertura de novas áreas para o cultivo agrícola ou pecuária, inclusive em áreas de preservação permanente.

Pelo que em concordância com depoimentos coletados em campo e do observado nestes períodos pode-se arriscar dizer que a maioria das comunidades próximas a áreas de interesse para a criação de UC's aqui proposta, anseia pela criação e estruturação de algum tipo de implemento ambiental na forma de unidade de conservação nas áreas de Bom Jesus, de onde esperam e aguardam receber respaldo técnico e social de seus ocupantes.

6- AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS

Tomando-se como premissa os principais impactos a serem considerados na criação de unidades de conservação da natureza pelo estado, ampliam-se as possibilidades para as atividades sustentáveis de turismo de natureza (ou ecoturismo). A procura por este tipo de atividade cresce notavelmente em todo o mundo, cabendo ao poder público e à sociedade local a ação protagonista no sentido de alavancar a região na conformação de um pólo de turismo de natureza gerador de emprego, renda e uma melhor qualidade de vida aos moradores do entorno. Tal esforço já vem sendo efetuado na maioria dos municípios estudados, sendo responsáveis pelo crescente aumento nos Índices de Desenvolvimento Humano e qualidade de vida.

A proteção, a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, é o objetivo básico das Unidades Conservação, ou seja, é preservar a natureza, com o que a criação de UC's na região viria a contribuir para frear o avanço da atividade de caça e roubo de palmito, responsáveis por grande parte dos desmatamentos e queimadas presenciados na região.

Por outro lado, a manutenção da preservação das nascentes, fluxos de água e biodiversidade representarão no médio e longo prazo um ganho na qualidade de vida e potencial produtivo para os municípios do entorno, numa região onde mais da metade da população sequer tem abastecimento público de água potável.

Existe ainda o potencial de incremento do ICMS ECOLÓGICO para os municípios, que sem dúvida contribui para as finanças municipais e são necessários para a estruturação dos municípios principalmente para o receptivo turístico.

7- CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se que após a efetiva criação das Unidades de Conservação propostas, os mesmos esforços que vem sendo efetuados no processo de criação sejam efetuados (pelas instituições responsáveis) para o processo de gestão, fiscalização e elaboração de seus respectivos planos de manejo. Da mesma forma importante será o fortalecimento das atuais políticas públicas que atendam as diretrizes de conformação de um pólo sustentável de turismo de natureza na região, primando pela conservação de locais de rara beleza lá encontrados.

Como de pronto não se fala em processo de desapropriação e indenização de terras o estudo ocupou-se em determinar as áreas com qualidade ambiental significativa e relativamente desocupadas sendo que, quando foram identificadas a presença de moradores fixos, proprietários ou não nas proximidades da área de interesse, buscou-se em parceria com os técnicos do MMA e ICMBIO a readequação dos limites de forma a se extrair essas áreas ocupadas da área de interesse do projeto.

É importante destacar que as áreas da proposta, portanto, perfazem quase que exclusivamente áreas ocupadas por formações de floresta densa e ecossistemas associados, praticamente desabitadas.

Por último, conforme citado na introdução deste relatório, este trabalho de consultoria socioeconômica procurou cobrir o maior número possível de estradas e propriedades, levantar usos e ocupação da terra e diagnosticar conflitos e impactos sócio-ambientais dentro da área do polígono proposto. Nesse sentido, acredita-se que a maior parte dos cenários que compõem o polígono foram mapeados. Por isso, este relatório fundamenta e justifica (no que tange a questões socioeconômicas e

fundiárias) a proposta de criação da Unidades de Conservação da Natureza na área de Bom Jesus.

8- BIBLIOGRAFIA

IBGE. Censos Populacionais de 1991 e 2000, Rio de Janeiro: 2000.

IBGE. Cadastro Central de Empresas, Rio de Janeiro: 2003.

IBGE. Pesquisa da Extração Vegetal e Silvicultura, Rio de Janeiro: 2004.

IBGE. Produção Agrícola Municipal, Rio de Janeiro: 2004.

IBGE. Produção Pecuária Municipal, Rio de Janeiro: 2004.

Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. Censo Educacional 2004.

Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. Censo da Educação Superior 2003.

PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei n. 9.985, de 18 / julho de 2000).

<http://www.paranagua.pr.gov.br/>

<http://www.antonina.com/>

<http://www.guaraquecaba.com/>